



# **TERMO DE REFERÊNCIA**

Credenciamento de Hotéis e/ou Pousadas localizadas  
no Município de Marau/RS.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Marau, 20 de março de 2026.



## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1. Da(s) Secretaria(s) Coordenadora(s):** A solicitação desta contratação parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**1.2. Do Plano Anual de Contratações (PAC):** Os objetos da presente Contratação encontram-se previstos no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026, e estão descritos como “HOSPEDAGEM”, “HOSPEDAGEM/DIÁRIA QUARTO INDIVIDUAL”, “HOSPEDAGEM/DIÁRIA QUARTO DUPLO”. Ademais, suas despesas serão suportadas pela Dotação Orçamentária indicada no tópico 11. Do presente Termo de Referência.

**1.3.** A quantidade estimada é meramente indicativa, não existindo obrigatoriedade de contratação por parte do Município, conforme estabelecido no Art. 4º do Decreto nº 11.878/2024 que regulamenta o Art. 79 da Lei 14.133/2021.

## 2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**2.1.** Constitui objeto do presente Termo de Referência o *Credenciamento de Hotéis e/ou Pousadas localizadas no Município de Marau/RS*. A tabela a seguir discrimina os itens e quantidades previstas para o período de **12 (doze) meses** de Credenciamento:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Qtd.
1	011.029.043	Hospedagem em apartamento duplo, deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 02 camas de solteiro, aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.	UN	20
2	011.029.044	Hospedagem em apartamento triplo, deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 03 camas de solteiro, aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.	UN	10
3	011.029.045	Hospedagem em apartamento individual, deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 01 camas de solteiro, aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.	UN	20
4	011.029.046	Hospedagem em apartamento individual, deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 01 camas de solteiro, aparelho de tv e ventilador e fornecer café da manhã.	UN	20



5	011.029.047	Hospedagem em apartamento duplo, deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 02 camas de solteiro, aparelho de tv e ventilador e fornecer café da manhã.	UN	15
---	-------------	--	----	----

**2.2. Da classificação/natureza do objeto:** O objeto desta contratação se enquadra como serviços comuns, portanto, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispões no Art. 6, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, contratados através do disposto no Art. 6º, XLIII da Lei nº 14.133/2021 - Credenciamento: é processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

**2.3. Do prazo para credenciamento:** O Credenciamento ficará permanentemente aberto para futuros interessados, durante toda a vigência do Edital, na forma do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

**2.4. Da vigência dos contratos:** Os contratos assinados em razão do credenciamento possuirão vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do termo contratual.

**2.4.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**2.4.1.1.** No Ato de Prorrogação Contratual poderão ser renovados os quantitativos até o limite do quantitativo original, devendo o instrumento de prorrogação indicar, de forma expressa, os quantitativos renovados.

**2.4.2.** A prorrogação desta contratação está condicionada a:

**2.4.2.1.** Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com a motivação da prorrogação contratual, atestado pela autoridade competente, com a manifestação de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

**2.4.2.2.** Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

**2.4.2.3.** Indicação da existência de créditos orçamentários vinculados.

**2.4.2.4.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**



A Política de Assistência Social prevê, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), a oferta de benefícios eventuais destinados à proteção de indivíduos e famílias diante de situações de vulnerabilidade, emergência ou risco social. Esses benefícios constituem provisões essenciais para resguardo dos direitos sociais, bem como, respostas rápidas e articuladas no âmbito da rede socioassistencial dos Municípios.

No Município de Marau/RS, a Lei Municipal nº 5.684/2020 regulamenta a concessão de benefícios eventuais e define as responsabilidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, reforçando seu papel na implementação e promoção de políticas públicas voltadas à proteção social.

Compete, portanto, à Secretaria, assegurar atendimento adequado sempre que o usuário se encontrar em condição que comprometa sua segurança, dignidade ou integridade física, emocional ou social. Entre essas situações, incluem-se perdas e danos à integridade familiar ou pessoal, ausência de condições mínimas de sobrevivência, abandono, falta de abrigo, rupturas de vínculos familiares, violência física ou psicológica, e demais formas de violação de direitos que exijam intervenções assistenciais.

No contexto municipal, observa-se que a maior demanda de atuação do Poder Público está relacionada ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e seus dependentes, e ao acolhimento de pessoas em situação de rua e/ou abandono.

Dessa forma, o presente Termo de Referência decorre da decisão adotada pela Administração Municipal para assegurar a execução efetiva dos acolhimentos de pessoas em situação de vulnerabilidade, garantindo o atendimento do interesse público e a efetividade das políticas sociais.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

Com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a disponibilização do maior número possível de *Hotéis e/ou Pousadas localizadas no Município de Marau/RS*

Sendo assim, buscando efetivar soluções para atendimento das necessidades, realizamos uma análise do disposto na Lei 14.133/2021, que define:



*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:  
IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;*

E também:

*Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:  
I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;*

Com base no disposto na Lei 14.133/2021, restou definido pela realização de processo administrativo de Chamamento Público por meio de **Credenciamento**. O **Credenciamento** trata-se de uma ferramenta à disposição da Administração para **reduzir a complexidade e aumentar a celeridade e eficiência dos processos de contratação**, permitindo que, desde que preenchidos os requisitos necessários, todas empresas interessadas se credenciem junto à Administração para execução dos serviços quando convocados. Essa solução auxilia a Administração na resolução célere das demandas que serão evidenciadas durante todo o período de vigência dos Termos de Credenciamento.

As pessoas jurídicas interessadas em realizar o CREDENCIAMENTO, poderão apresentar a documentação exigida no Termo de Referência e Edital, através de **PROTOCOLO** realizado no Flowdocs (<https://marau.flowdocs.com.br/public/home>), sistema eletrônico instituído pela Administração Pública para envio e recebimento de documentos de forma online, a partir da data estipulada no futuro Edital. As documentações enviadas pelas empresas serão avaliadas pela Comissão de Credenciamento nomeada por meio de Portaria Vigente, em sessão pública. Após esse período, semanalmente, os protocolos contendo os pedidos de credenciamento serão analisados pela **Comissão de Credenciamento**.

As relações das solicitações de credenciamento recebidas, assim como os resultados das avaliações dos documentos dos interessados, serão divulgadas através de ata publicada nos meios de divulgação oficiais do Município.

As empresas habilitadas serão convocadas para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para a assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente que terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, conforme previsão do Art. 106 da Lei 14.133/2021.

A prestação dos serviços será realizada conforme demanda e a critério exclusivo da Administração. Não há obrigatoriedade por parte da Administração em contratar, conforme estabelecido no Art. 4º do Decreto nº 11.878/2024, que regulamenta o Art. 79 da Lei 14.133/2021.



O Credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do Futuro Edital, na forma do Art. 79 da Lei 14.133/2021 e Decreto nº 11.878/2024.

## **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Dos critérios de sustentabilidade:**

**5.1.1.** Com vistas à mitigação de eventuais impactos ambientais decorrentes da execução da presente contratação, será exigida a apresentação de Alvará Sanitário, em conformidade com a Portaria nº 192/2022 da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, que estabelece as atividades econômicas sujeitas à fiscalização sanitária. Tal exigência garante que os estabelecimentos credenciados atendam aos padrões sanitários e ambientais obrigatórios, contribuindo para a prevenção de riscos e a conformidade com a legislação vigente.

Ressalta-se que os serviços objeto desta contratação não envolvem processos produtivos, geração significativa de resíduos ou utilização de insumos potencialmente poluentes, contudo, ainda assim, os estabelecimentos deverão manter práticas responsáveis de manejo e descarte de resíduos, limpeza e conservação dos ambientes, bem como o uso racional de água e energia, em consonância com as boas práticas ambientais aplicáveis ao setor de hospedagem.

### **5.2. Da subcontratação**

**5.2.1.** O credenciado não poderá transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes desta contratação, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo Município, sob pena de extinção do contrato e consequente indenização.

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Das condições de execução**

**6.1.1.** O início da execução do objeto: se dará em no máximo **01 (um) dia** contado da data de assinatura do Termo de Credenciamento ou documento equivalente.

**6.1.2.** O prazo estabelecido acima, poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

**6.1.3.** Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, o Credenciado deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas, para que qualquer pleito de



prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**6.1.4.** A Credenciada compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os serviços prestados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos no Termo de Referência e Edital, imediatamente após o comunicado do Fiscal do Contrato.

**6.1.5.** A Credenciada não poderá, sob nenhuma hipótese, efetuar qualquer cobrança dos usuários relativa aos serviços prestados através do presente instrumento, responsabilizando-se por cobranças indevidas realizadas diretamente ou por seus prepostos ou subordinados.

**6.1.6.** O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Credenciamento, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciada, de seus empregados ou subordinados.

**6.1.7.** A Credenciada caberá indenizar terceiros e ao Contratante quanto aos possíveis danos decorrentes de dolo ou culpa ocorridos durante a contratação, em conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

**6.1.8.** A Credenciada deverá manter, durante todo o prazo de vigência do Termo de Credenciamento ou documento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas neste Credenciamento.

**6.1.9. O Município não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por quaisquer consumos, despesas adicionais ou serviços extras utilizados pelos (as) hóspede (s) durante o período de hospedagem, ficando o Município responsável apenas pelo pagamento das diárias, conforme condições estabelecidas no presente Termo de Referência e no Edital.**

## **6.2. DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE INFRAESTRUTURA**

**6.2.1.** Os serviços deverão ser executados em estabelecimentos localizados no Município de Marau/RS, observando, no mínimo, os seguintes formatos e características:

<b>Código</b>	<b>Característica</b>
011.029.043	<b><u>Apartamento duplo</u></b> , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 02 camas de solteiro, aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.
011.029.044	<b><u>Apartamento triplo</u></b> , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 03 camas de solteiro, aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.
011.029.045	<b><u>Apartamento individual</u></b> , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 01 camas de solteiro, aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.
011.029.046	<b><u>Apartamento individual</u></b> , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 01 camas de solteiro, aparelho de tv e ventilador e fornecer café da manhã.
011.029.047	<b><u>Apartamento duplo</u></b> , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 02 camas de solteiro, aparelho de tv e ventilador e fornecer café da manhã.

**6.2.2.** Todas as unidades habitacionais deverão possuir banheiro privativo de uso exclusivo,



sendo vedado qualquer tipo de compartilhamento com outros hóspedes.

**6.2.2.1.** Os banheiros deverão conter, obrigatoriamente: vaso sanitário com assento, pia com espelho, chuveiro com água quente e demais itens essenciais em perfeitas condições de funcionamento, higiene e conservação.

**6.2.3.** As camas deverão ser individuais (solteiro), contendo colchões e estruturas adequadamente dimensionadas para uso adulto, sem afundamentos, rasgos ou danos que comprometam seu uso e qualidade.

**6.2.4.** Os televisores deverão estar em pleno funcionamento e dispor de canais em língua portuguesa.

**6.2.5.** Os aparelhos de ar-condicionado deverão estar em perfeito funcionamento e possuir capacidade compatível com o tamanho da unidade.

**6.2.6.** Os ventiladores deverão estar em perfeito funcionamento, apresentando bom desempenho e sem ruídos excessivos que comprometam o descanso dos hóspedes.

**6.2.7.** Todas as unidades habitacionais deverão contar com o fornecimento diário de itens de higiene pessoal por hóspede, incluindo, no mínimo: sabonete, xampu e papel higiênico devidamente embalados, lacrados e em condições adequadas de uso.

**6.2.8.** Cada unidade deverá contar com, no mínimo: 01 travesseiro, 01 coberta, 01 jogo de cama por hóspede, higienizados, conservados e em boas condições de uso.

**6.2.9.** Todas unidades deverão ser amplas, arejadas e adequadas ao conforto, contendo mobiliário e utensílios mínimos para proporcionar comodidade aos hóspedes, tais como: iluminação adequada, cortinas/persianas, tomadas em funcionamento e limpeza compatível com os padrões de hotelaria.

### **6.3. DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

**6.3.1.** Os serviços de hospedagem deverão ser prestados conforme as demandas e prazos encaminhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou por servidores por ela designados, devendo a Credenciada garantir a disponibilidade das unidades habitacionais solicitadas, dentro das condições estabelecidas no presente Termo de Referência e Edital.

**6.3.1.1.** A Credenciada deverá acolher os hóspedes imediatamente após o recebimento da solicitação da Secretaria, sendo vedada qualquer recusa injustificada de atendimento da demanda quando houver disponibilidade de vagas.

**6.3.1.2.** A confirmação das hospedagens deverá ser realizada pela Credenciada por meio de comunicação oficial entre as partes, assegurando o registro de entradas, saídas e demais informações necessárias para fins de controle e monitoramento da execução contratual.

**6.3.2.** A Credenciada deverá possuir estrutura física localizada no Município de Marau/RS, atendendo integralmente às características e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e Edital.





**6.3.3.** O estabelecimento da Credenciada deverá contar, ainda, com serviços diários de limpeza e arrumação das unidades habitacionais, incluindo, no mínimo:

*a) Substituição diária de roupas de cama (lençol, fronha e coberta), devidamente higienizadas e em perfeitas condições de uso;*

*b) Substituição diária das toalhas, garantindo, no mínimo: 01 toalha de banho e 01 toalha de rosto por hóspede;*

*c) Reposição diária dos itens de higiene pessoal descritos no item 6.2.7.*

**6.3.4.** A Credenciada deverá fornecer café da manhã aos hóspedes encaminhados pelo Município, nas mesmas condições e horários disponibilizados aos demais clientes, sendo vedada qualquer diferenciação de tratamento ou restrição.

**6.3.5.** O café da manhã deverá ser oferecido na modalidade “*buffet livre*”, sendo proibida qualquer limitação quanto à quantidade, número de repetições ou controle de consumo por hóspede.

**6.3.6.** A Credenciada deverá garantir acesso integral dos hóspedes à estrutura do estabelecimento, não sendo permitida qualquer restrição injustificada a ambientes internos ou áreas externas e de recreação que estejam disponíveis aos demais clientes.

**6.3.7.** A Credenciada deverá manter serviço de recepção/portaria 24 (vinte e quatro) horas, durante todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados.

**6.3.8.** Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas, legislações sanitárias, regulamentações hoteleiras e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto da presente contratação.

**6.3.9.** A Credenciada deverá garantir a confidencialidade de todas as informações obtidas durante a execução dos serviços, observando sigilo profissional e a legislação pertinente.

**6.3.10.** Os valores propostos serão considerados completos e suficientes para a prestação dos serviços e à obtenção dos resultados pretendidos, sendo desconsiderada quaisquer reivindicações de pagamentos adicionais.

**6.3.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência e no Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**6.3.12.** Todos os custos relacionados à execução dos serviços serão de responsabilidade exclusiva da Credenciada.

**6.3.13.** A Credenciada é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as funções relacionadas ao objeto descrito neste Termo de Referência. Todos os custos associados à mão de obra, serão de responsabilidade da credenciada. Além disso, a empresa credenciada será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a execução do contrato, exonerando-se integralmente o Município.

**6.3.14.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro



de pessoal que prestará os serviços ora contratados, serão da exclusiva responsabilidade do Contratado, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

#### **6.4. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.4.1.** Caberá ao Município de Marau, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e/ou responsáveis por ela indicados, a distribuição dos serviços e seu controle. O critério de distribuição dos serviços ocorrerá por meio de divisão igualitária através de rodízio entre os credenciados.

**6.4.2.** A Secretaria poderá, de forma excepcional e devidamente motivada, deixar de convocar (pular) o próximo Credenciado da lista quando constatado que o estabelecimento se localiza nas proximidades da residência da pessoa ou família a ser acolhida.

**6.4.2.1.** Superada a situação excepcional, a ordem original do rodízio será retomada no atendimento seguinte, devendo ser convocado, prioritariamente, o Credenciado que deixou de ser selecionado em razão da análise descrita no item anterior.

#### **7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** O custo estimado do presente Credenciamento é de **R\$ 15.869,80 (quinze mil oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos)** para o período de **12 (doze) meses**.

**7.2.** Os **valores unitários** por serviço prestado corresponderão ao indicado na tabela abaixo:

Item	Código	Unid.	Qtd.	Valor Unit
1	011.029.043	UN	20	267,51
2	011.029.044	UN	10	322,64
3	011.029.045	UN	20	138,33
4	011.029.046	UN	20	77,50
5	011.029.047	UN	15	198,44

#### **8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

##### **8.1. Das orientações gerais da fiscalização contratual:**

**8.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.1.2.** As comunicações entre o Município e a empresa fornecedora devem ser realizadas por e-mail, sempre que o ato exigir tal formalidade.



**8.1.3.** O Município poderá convocar o responsável legal da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.1.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa vencedora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização.

**8.1.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

## **8.2. Dos responsáveis pela fiscalização**

**8.2.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

**Gestor do contrato:** Nelci Silvestri;

**Fiscal administrativo:** O fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

**Fiscal administrativo suplente:** O fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

### **8.2.2. Do gestor do contrato**

**8.2.2.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de entrega, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais.

**8.2.2.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**8.2.2.3.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, caso necessário.

**8.2.2.4.** Ao término do contrato, o Gestor de Contratos poderá elaborar um relatório final onde possa descrever como foi a gestão do ciclo de vida do contrato, suas particularidades, problemas enfrentados, soluções aplicadas e principalmente as lições aprendidas.

### **8.2.3. Da fiscalização administrativa**

**8.2.3.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de



habilitação do credenciado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**8.2.3.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**8.2.3.3.** O fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato e a Secretaria solicitante, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**8.2.3.4.** O fiscal administrativo do contrato deverá, mensalmente, formalizar a avaliação das condições de habilitação do credenciado, encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato para as providências cabíveis, em caso de irregularidade.

**8.2.3.5.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal administrativo do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

## **9. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a execução dos serviços, a contar do recebimento definitivo e aprovação da fatura, pelos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Solicitante.

**9.2.** O Credenciado deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento de Credenciamento. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

**9.3.** O CNPJ do Credenciado constante na Nota Fiscal de fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo de Credenciamento, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

**9.4.** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo credenciado, a indicação do número do Processo de Credenciamento e sua modalidade e ser acompanhada de todos os documentos aqui previstos.

**9.5.** Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:



- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Relatórios/Registros de entrada e saída dos hóspedes.

**9.5.1.** Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

**9.6.** Para fins de pagamento, o Credenciado deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, do credenciado.

**9.7.** O valor devido ao credenciado, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

**9.8.** Nenhum pagamento será efetuado ao credenciado enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**9.9.** O pagamento ao credenciado, pelo serviço prestado, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

**9.10.** O credenciado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**9.11.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o credenciado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o credenciado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

**9.12.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será



efetuada caso o credenciado apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo credenciado.

**9.13.** Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **10.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**10.1.1.** As pessoas jurídicas interessadas em realizar o **CREDENCIAMENTO**, poderão apresentar a documentação exigida no Termo de Referência e Edital, através de **PROTOCOLO** realizado no Flowdocs (<https://marau.flowdocs.com.br/public/home>), sistema eletrônico instituído pela Administração Pública para envio e recebimento de documentos de forma online, a partir da data estipulada no Edital.

**10.1.2.** As pessoas jurídicas interessadas terão sua documentação avaliada pela **Comissão de Credenciamento** nomeada por meio de Portaria Vigente, em sessão pública.

**10.1.3.** Semanalmente, os protocolos contendo os pedidos de credenciamento serão analisados pela **Comissão de Credenciamento**.

**10.1.4.** As relações das solicitações de credenciamento recebidas, assim como os resultados das avaliações dos documentos dos interessados, serão divulgadas através de ata publicada nos meios de divulgação oficiais do Município.

**10.1.5.** As empresas habilitadas serão convocadas para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente que terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado a critério da Administração, conforme previsão do Art. 106 da Lei 14.133/2021.

**10.1.6.** A **distribuição dos serviços** será realizada de forma igualitária entre os credenciados, por meio de **rodízio**. O **rodízio** obedecerá à ordem de habilitação no credenciamento, garantindo a imparcialidade e evitando privilégios a quaisquer dos credenciados.

### **10.2. Das exigências da habilitação**

**10.2.1.** Para fins de habilitação o Credenciado deverá apresentar a documentação constante



no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

### **10.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

**10.3.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

**10.3.2.** Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

**10.3.3.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**10.3.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**10.3.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**10.3.6.** Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão **não superior a 90 (noventa) dias** anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

### **10.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**10.4.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

**10.4.2.** Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.4.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

**10.4.4.** Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**10.4.5.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **10.5. Documentos relativos à qualificação técnica**





**10.5.1.** Alvará Sanitário expedido pelo órgão sanitário competente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do presente Credenciamento.

**10.5.2.** Comprovação/Certificado **Cadastur**, conforme exigência da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

**10.5.3.** Declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, contendo a indicação expressa do(s) item(ns) para o(s) qual(is) pretende se credenciar, sendo permitida a opção por um ou mais itens, conforme interesse da empresa, desde que atendidas as exigências estabelecidas no presente Credenciamento.

#### **10.6. Documentos relativos à qualificação econômica:**

**10.6.1.** Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

**10.6.2.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

#### **10.7. Outros documentos de habilitação (declarações):**

**10.7.1.** As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo Credenciado, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta contratação.

**10.7.2.** Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

**10.7.3.** Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

**10.7.4.** Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

**10.7.5.** Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





**10.7.6.** Havendo necessidade de complementação dos documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência e Edital, a empresa será comunicada para que realize a complementação dos mesmos através de **PROTOCOLO** realizado no Flowdocs (<https://marau.flowdocs.com.br/public/home>).

**10.7.7.** Os documentos apresentados, deverão conter assinatura digital, nos termos do art. 4º da Lei Federal n.º 14.063/2020.

**10.7.8.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que forem protocolados. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto para atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

**10.7.9.** Serão considerados inaptos os interessados que não apresentarem a documentação de habilitação exigida ou que deixarem de sanar/complementar as informações e documentos conforme solicitado pela Administração.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas e custeio do objeto deste contrato, serão subsidiadas com da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 001001

Funcional: 08.244.0126.2088.0000

Catec. Econ.: 3.3.90.39.80

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS ESPECIAIS ÀS FAMÍLIAS E CENTRO DE HOSPEDAGENS

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9545, e pelo e-mail [licitacoes@marau.rs.gov.br](mailto:licitacoes@marau.rs.gov.br), no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Marau, 20 de março de 2026.

---

Responsável Compras  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

---

Responsável pela elaboração do Termo de Referência.  
Rodolfo Bebbber